

Nem Tia Nastácia nem Globeleza... Vamos levar as mulheres negras para as salas?

OLIVEIRA, Eliana de. *Mulher negra e professora universitária: trajetória, conflitos e identidade*.
Brasília: Liber Livro, 2006. 146 p.

MARINA MELLO

Doutora em Antropologia Social (Universidade de São Paulo)

Professora da Faculdade Metropolitana de Caieiras

Caieiras, SP, Brasil

marinamello2000@yahoo.com.br

É EVIDENTE QUE AS RELAÇÕES DE PODER estão, para além dos aspectos econômicos relacionados à produção e à distribuição de riqueza e de renda, inextricavelmente ligadas às questões de identidade e visibilidade que os diversos grupos mobilizam na luta por representação.

Nesse sentido, o lugar social e ideológico que tem sido ocupado pelas mulheres negras corrobora e perpetua as situações históricas de menosprezo e desprezo fundadas na manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, de identidades subalternizadas.

A despeito de recentes e tímidas transformações, a televisão – que é um poderoso instrumento de propagação de ideias, ideais, conceitos e preconceitos – tem celebrizado imagens de mulheres negras que não rompem nem questionam os estereótipos da mulher negra para “cama e mesa”. Ao contrário, tem se naturalizado a imagem de tais mulheres transitando “confortavelmente” nos ambientes domésticos e/ou associadas a um imaginário que enfatiza uma sensualidade quase que congênita.

A situação se torna particularmente perversa na medida em que, ocupando o lugar mais baixo da estrutura social, falta à grande maioria das mulheres negras condições mínimas para enfrentar esse cenário, em que o caminho mais eficaz ainda é o da educação. Educação em um sentido lato: que não apenas forma, mas, sobretudo, *transforma* por meio da conscientização que dá coragem e alento para o enfrentamento de tais disparidades.

Pois bem, é nesse sentido que o livro de Eliana de Oliveira é importante e oportuno por diferentes e variadas razões.

Embora a pesquisa empírica contemple mais especificamente o universo de professoras universitárias negras atuantes nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, incluindo um relato da própria autora, as reflexões que o trabalho suscita extrapolam em muito a dimensão dessas particularidades a nós reveladas a cada página.

É possível enxergar, pelo jogo das subjetividades retratadas, a persistência de um racismo pulverizado em atitudes e gestos cotidianos, mas nem por isso menos mordaz.

Buscando entender o intrincado processo de construção de identidade das docentes, Eliana de Oliveira nos revela o enfrentamento causado pela produção de diferenças no ambiente acadêmico – que busca, perversamente, perpetuar as desigualdades de cunho social, sexual e racial. Na confluência entre gênero, classe e raça, a posição da professora negra universitária é, invariavelmente, desconfortável, pois representa um confronto constante com o que está estabelecido.

Em um mundo atomizado, que prega e reafirma constantemente a primazia do indivíduo e do individualismo, a obra vem nos lembrar a importância das experiências e das memórias compartilhadas. Memórias de exclusão e de desenraizamento nos são desnudadas e, sobretudo, memórias dos percursos de mulheres combativas, que não esmoreceram nem se intimidaram diante das recorrentes mensagens indicando-lhes sua inadequação e seu deslocamento.

Há uma permanente ratificação no imaginário e na prática cotidianos da manutenção do encarceramento das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras – no “não lugar” do silêncio e da invisibilidade.

Pela leitura, nos é informado que a descoberta da condição de “diferente” quase sempre se dá no ambiente escolar ou acadêmico. Na grande maioria dos casos, o *habitus* burguês¹ ali tornado condição *sine qua non* para o prosseguimento dos estudos produz indivíduos cindidos, mutilados psicologicamente, já que devem ter suas vidas pautadas sempre pela falta, pela carência daquilo que *não são e não têm*.

Em vista disso, a autora nos expõe que a negação do racismo nos ambientes domésticos e educacionais é um dos fatores que alimentam as práticas discriminatórias, uma vez que “o racismo, não sendo verbalizado, não existe”. Assim, defende que cabe, primeiramente às famílias, não escamotear a questão racial para as crianças, evitando os sentimentos de recalque, frustração e ansiedade que o menosprezo e a hostilidade dos ambientes externos (escola, igreja, rua etc.) poderão causar.

A trajetória das profissionais entrevistadas mostra que, por esse motivo, foi muitas vezes, por meio do contato com os movimentos sociais negros e outras formas de militância, que ocorreu a descoberta do engodo.

O magistério se afigurou, assim, como possibilidade para que essas mulheres articulassem consciência e mobilização política. Também colaborou para que pudessem construir redes de relações (formais e informais) que lhes facultassem não apenas a conscientização sobre a própria condição, mas, sobretudo, uma mobilização pela qual chegassem a, por esse caminho, ingressar no magistério superior.

Negando a existência de uma subjetividade feminina essencializada (ligada ao corpo, à maternidade, à reprodução), mas sim condicionada às especificidades

de contextos históricos específicos, Oliveira acredita que nosso sistema educacional, manipulando o capital cultural e social (na acepção de Pierre Bourdieu), acaba por reproduzir e legitimar uma determinada ordem do real: hierarquizada e racializada.

A leitura dos depoimentos mostra que, mesmo para algumas das protagonistas, silenciar, negar ou negligenciar a questão étnico-racial é uma alternativa que lhes permite uma vida acadêmica mais “cordial”, evitando-se assim “constrangimentos ou conflitos de consequências imprevisíveis”.

Nesse sentido, a inserção dessas mulheres em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo como é o mundo acadêmico se mostra, na quase totalidade dos casos relatados, um caminho árduo e cheio de percalços de toda ordem.

Historicamente, o lugar destinado à mulher negra é o da subalternidade. Por isso, afirmar-se (mesmo que seja apenas pela imposição de sua presença) como mulher, como negra e como professora universitária em um mundo machista, racista e em que os saberes são valorizados ou desqualificados em função de sua proximidade com o ideário dominante é um ato de resistência. Resiste-se pela afirmação de identidades menosprezadas.

O Iluminismo nos legou um conceito de humanidade excludente, como argumentam Homi Bhabha e Frantz Fanon. Embora o desenvolvimento capitalista não possa prescindir do trabalho feminino e a consciência dessa importância tenha sido capitalizada pelos movimentos feministas, o fato de que expressivo número de mulheres negras esteja excluído do acesso à educação de qualidade (submetidas a ocupações parcialmente remuneradas) reforça, legítima e perpetua as situações e as condições dessa sujeição.

Oliveira, em sua obra, promove a desconstrução de uma historicidade da mulher negra a partir de um *locus* da subserviência para nos revelar essas mulheres que, a despeito de todas as contradições e ambiguidades que a luta por afirmação de identidades subalternizadas supõe, buscam construir suas subjetividades pautadas em um outro *locus* de enunciação: a produção de saberes no ensino superior.

Dessa forma, sua análise rompe com uma perspectiva de história e etnografia das mulheres em que estas não se veem como sujeitos da produção de diferenças.

¹ Conceito cunhado por Pierre Bourdieu e que supõe que um *habitus* de classe pode ser um aprendizado não intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos que permitem ao seu possuidor perceber e classificar, numa dimensão pré-reflexiva, signos da cultura de acordo com a visão de mundo de uma determinada classe – no caso, a burguesa.